



A Voz do Interior

Gilson Becker

Prefeito de Vera Cruz e
presidente do Consórcio
Intermunicipal de Serviços
do Vale do Rio Pardo
(Cisvale)

O clima exige ação

Ninguém está plenamente protegido em casa quando os municípios vizinhos permanecem vulneráveis

As enchentes de 2024 deixaram marcas profundas no Rio Grande do Sul. Famílias perderam suas casas, comunidades ficaram isoladas, empresas interromperam atividades e propriedades rurais tiveram a produção comprometida. Mais de dois anos depois, precisamos reconhecer que reconstruir, embora indispensável, não basta. É urgente preparar os municípios para uma realidade climática que exige planejamento, prevenção e decisões responsáveis.

Os primeiros resultados do AdaptaCidades, apresentados ao Comitê Pró-Clima do Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Par-

do (Cisvale), reforçam essa necessidade. Os diagnósticos apontam enchentes, enxurradas, estiagens e deslizamentos como ameaças recorrentes. Em Candelária, por exemplo, foram registradas 53 ocorrências de alagamentos, inundações e enxurradas entre 2000 e 2024. Em Rio Pardo, a enchente de maio de 2024 atingiu mais de 14 mil moradores. Estes números são um pequeno recorte regional, mas traduzem uma realidade conhecida, agora sistematizada para orientar ações concretas.

Os levantamentos mostram que não existe solução única. Enquanto alguns municípios precisam priorizar

drenagem, contenção de encostas e proteção de moradias, outros enfrentam dificuldades de abastecimento de água, conservação do solo e infraestrutura rural. Mas há um ponto em comum: ninguém está plenamente protegido quando os municípios vizinhos permanecem vulneráveis. Os eventos climáticos não respeitam divisas territoriais. Nossas respostas também não podem se limitar a elas.

É nessa perspectiva que o trabalho regional ganha importância. Por meio do Cisvale e do Comitê Pró-Clima, construímos um planejamento coletivo, amparado em informações técnicas e

nas particularidades de cada território. O empenho das equipes municipais permite identificar prioridades e transformar diagnósticos em projetos. Precisamos, contudo, reconhecer que a capacidade financeira dos municípios, isoladamente, é insuficiente diante dos investimentos necessários.

A adaptação climática deve ocupar espaço permanente nas políticas públicas, com participação efetiva dos governos estadual e federal. Investir em prevenção não pode ser tratado como despesa secundária nem depender da mobilização provocada por uma nova tragédia. Precisamos de financiamento,

continuidade administrativa e cooperação. Proteger o território significa preservar vidas, empregos, atividades produtivas e as condições para o desenvolvimento econômico.

Não podemos impedir todos os fenômenos naturais, mas podemos reduzir vulnerabilidades e evitar que seus impactos alcancem proporções ainda maiores. O conhecimento produzido oferece caminhos. Cabe a nós, gestores públicos, transformá-lo em decisões. A resposta exclusivamente emergencial precisa dar lugar à cultura da prevenção. Agir antes é um compromisso com o futuro das nossas comunidades.

JORNAL

CIDADES

Aqui, sua marca ganha visibilidade ao lado dos destaques econômicos de cada região e das publicações oficiais, como editais de licitação.

Fale com a nossa equipe e anuncie em uma mídia segmentada, com alcance direto nas prefeituras e gestores públicos de todo o Estado.

Entre em contato: 51 3213 1395 | jornalcidades@jornalcidades.com.br